

JOSÉ CASADO

ESTADO DE SÃO PAULO

Congressistas querem aumento salarial

A idéia está lá, parada no ar. Como assunto oficial, nem existe. E não adianta procurar na pauta do Congresso, pois ninguém sabe, ninguém viu. Todos só ouviram falar e discutem. Há alguns contra, mas a maioria silenciosa está mesmo é de atalaia, espreitando a oportunidade para transformar a realidade.

O senador José Sarney (PMDB-AP) contribuiu, dando a partida no processo de "regulamentação" das sessões do Congresso. A porta está aberta.

Sarney acumula a presidência do Senado com a do Congresso. E quer transformar as noites das terças-feiras nos melhores momentos de reunião conjunta dos deputados e senadores, para votação da avalanche de medidas provisórias e vetos presidenciais. As noites decisivas começariam às 19 horas. Ai, oficialmente,



Manobra em curso tende a resultar em outro saque ao bolso do público pagante

te, termina a idéia de Sarney. E começa a outra.

Por enquanto, sem autor assumido, mas já embala os sonhos de fim de ano da maioria dos congressistas. E ela é muito simples, de conveniente objetividade: vai haver sessão, então é preciso salário extra — afinal, muitos se dizem endividados e gostariam de um aumento real nos salários.

Os cálculos estão prontos há semanas.

Por sessão, os parlamentares receberiam um dinheirinho extraordinário (R\$ 500,00). Ou seja, aos atuais R\$ 8 mil de salário somariam novos reais em quantidade de 2 mil mensais. Pode acabar sendo mais. Só vai depender do nível de generosidade do plenário com o próprio bolso na hora de votar o valor do extra por sessão, assim que ela for "regulamentada".

Dessa forma, cada parlamentar

passaria a valer por cem eleitores — desses milhões de sobreviventes com um salário mínimo (R\$ 100,00), que decidem eleições.

No final do mês, cada congressista levaria para casa, no bolso, dinheiro suficiente para comprar cem cestas básicas. Descontadas as mordomias (moradia, passagens, telefone...).

O Congresso está em plena campanha salarial, na maior descrição, com os mesmo argumento de sempre — o alto endividamento médio dos parlamentares e seu volume crescente de trabalho.

Pode-se abstrair, por um momento, o fato de que se trata do Legislativo mais caro do continente (R\$ 1,5 bilhão em despesas, este ano). Em termos proporcionais, já pesa mais no bolso do contribuinte do que, por exemplo, o Congresso dos Estados Unidos na carteira dos sócios do Erário norte-americano.

Feito isso, porém, talvez não seja demais lembrar que este mesmo Congresso acaba de estabelecer um teto salarial para todos os servidores da República, tendo como parâmetro o salário do chefe de Estado (R\$ 8,5 mil por mês).

O Poder Judiciário, que dispõe de plena autonomia orçamentária, optou por fixar seu limite no salário dos deputados e senadores.

A armação em andamento no Legislativo passa, portanto, a ser potencialmente perigosa, no sentido da confrontação das regras não-escritas do equilíbrio institucional.

Pior: vai servir, mais uma vez, de pretexto para um processo de aumentos salariais em todas as Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, onde cerca de 7 mil parlamentares mantêm seus salários indexados à remuneração dos deputados federais.

O Congresso não tem sido exatamente um modelo de gerência, eficácia e regularidade no uso do dinheiro público. A manobra em curso, em Brasília, tende mesmo é a resultar em outro saque ao bolso do público pagante. Sugere-se que, antes, ao menos saiam por aí perguntando aos eleitores-contribuintes: "Você acha que deve pagar mais aos parlamentares?" Cartas para a redação.